

Ministério da Saúde vai facilitar acesso a remédio contra gripe suína

30/07/2009

O Estado de São Paulo

Recomendação é que Estados ampliem os postos de distribuição; para o governo, os estoques são suficientes

O governo vai facilitar o acesso ao remédio oseltamivir (Tamiflu), usado no tratamento de pacientes com gripe suína. O Ministério da Saúde vai recomendar hoje aos Estados que ampliem os postos de distribuição do remédio, a exemplo do que ocorreu ontem em São Paulo. A indicação do uso do medicamento, porém, não será ampliada.

Em vez de o antiviral ficar restrito a hospitais de referência, ele poderá ser obtido na rede ambulatorial, em unidades básicas ou em centros ligados ao Programa de Saúde da Família (PSF). "A medida foi adotada para dar agilidade à assistência", afirmou o diretor de Vigilância Epidemiológica do Ministério da Saúde, Eduardo Hage. Cada Estado deverá definir a melhor forma de distribuição.

A mudança deve facilitar principalmente o encaminhamento de pacientes de risco de consultórios, como grávidas, que muitas vezes precisavam do remédio, mas tinham de passar por um hospital para recebê-lo. São Paulo decidiu que o remédio ficará disponível para pacientes em farmácias montadas em hospitais previamente determinados. O uso do remédio está restrito para pacientes com sintomas de agravamento e pessoas com gripe que apresentem fatores de risco (doenças pré-existentes, menor de 2 anos, maior de 60 e gestantes).

Para garantir que o critério seja cumprido, o antiviral somente será distribuído com um prontuário específico. Cumprida essa exigência, o paciente recebe o suficiente para o seu tratamento (dez comprimidos, no caso de adultos).

"Vai ficar a critério de cada médico", disse o presidente da Sociedade Brasileira de Infectologia, Juvêncio Furtado, que elogiou a medida. Ele não descarta, no entanto, que haverá dificuldades na logística da dispensação dos remédios.

A Secretaria da Saúde de São Paulo comunicou a mudança aos profissionais de anteontem, mas não quis conceder entrevistas sobre o tema.

O diretor do Instituto de Infectologia Emílio Ribas, de São Paulo, David Uip, acha que a medida é bem-vinda. "Com isso, a população economiza um tempo de espera desnecessário", avaliou. Atualmente, um paciente com perfil para receber o oseltamivir atendido por um profissional da rede básica é encaminhado para um hospital referenciado. Lá, ele tem de aguardar mais algumas horas - no caso do Emílio Ribas, até 3 horas - para ser atendido por outro profissional que, por sua vez, vai avaliar se é ou não o caso do recebimento do medicamento. "Com a mudança, essa etapa é eliminada. O paciente com receita já procura um posto de distribuição", explicou Hage.

Uip acredita que, com a alteração desta política, o consumo do medicamento vai aumentar. "Não há dúvida de que hoje pacientes, mesmo com indicação do remédio, acabam desistindo ao ver uma fila de mais de três horas." Hage não tem a mesma avaliação. Ele acredita que a medida não deverá provocar um impacto na indicação do antiviral. Além dos 800 mil tratamentos (suficientes para atender 800 mil pessoas), o governo deve receber 150 mil tratamentos que estão sendo encapsulados pela Fundação Oswaldo Cruz. O primeiro lote deve ser entregue hoje.